



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU DA 5ª REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
Subseção Judiciária de Arcoverde
Seleção Pública de Estagiários para Área Jurídica

1. Esta prova é composta por 40 (quarenta) questões objetivas e 01 (uma) questão subjetiva, com uma folha de rascunho. Verifique se todas as folhas estão contidas. Em caso de irregularidade, comunique imediatamente ao fiscal de prova.
2. Aguarde autorização para abrir o caderno de prova.
3. A interpretação das questões é parte do processo de avaliação, não sendo permitidas perguntas aos Fiscais.
4. Após a conferência do nome do candidato, assine a prova no local indicado. A prova objetiva é composta por questões de múltipla escolha, em que há somente uma alternativa correta. Transcreva para o gabarito o resultado que julgar correto em cada questão, preenchendo o quadrado correspondente com caneta esferográfica de tinta preta ou azul.
5. No gabarito a ser preenchido, anulam a questão: a marcação de mais de uma alternativa em uma mesma questão, rasuras ou preenchimento de lápis. Em caso de erro, não haverá substituição do gabarito por outro.
6. Não serão permitidos empréstimos de materiais, consultas e comunicações entre os candidatos, tampouco o uso de livros, cadernos e outros materiais.
7. Aparelhos eletrônicos, tais como celulares, relógios digitais, computadores devem permanecer desligados enquanto o candidato realizar a prova. O uso de bonés e óculos escuros está proibido.
8. Ao concluir a prova, permaneça em seu lugar e comunique ao Fiscal.
9. A prova terá a duração de 4 (quatro) horas, devendo o candidato durante este tempo também preencher o gabarito. Prorrogações não serão permitidas.
10. O descumprimento de quaisquer dessas normas, inclusive aquelas previstas em edital, poderá acarretar na exclusão do candidato do certame.

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. (Técnico - TRF/2ª - 2007 - FCC). Compõe-se de quinze membros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e seis anos de idade, com mandato de dois anos, admitida uma recondução. Trata-se do:

- (A) Tribunal Superior do Trabalho.
- (B) Supremo Tribunal Federal.
- (C) Superior Tribunal de Justiça.
- (D) Conselho Nacional de Justiça.
- (E) Tribunal Superior Eleitoral.

2. (Analista - TRE/MG - 2005 - FCC). Tendo em vista a classificação das constituições, pode-se dizer que a Constituição da República Federativa do Brasil vigente é considerada escrita e legal, assim como:

- (A) Super-rígida, popular, histórica, sintética e semântica.
- (B) Rígida, promulgada, dogmática, analítica e formal.
- (C) Semi-rígida, democrática, dogmática, sintética e pactuada.
- (D) Flexível, outorgada, dogmática, analítica e nominalista.
- (E) Flexível, promulgada, histórica, analítica e formal.

3. (Técnico - TRF/5ª - 2008 - FCC). Em tema de direitos e deveres individuais e coletivos, é INCORRETO afirmar que:

- (A) ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado.
- (B) é plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar.
- (C) não haverá júízo ou tribunal de exceção.
- (D) a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito.
- (E) a prática do racismo constitui crime afiançável e prescritível.

4. (Técnico - TRF/5ª - 2008 - FCC). A Constituição Federal ao garantir os direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, visando à melhoria de sua condição social, estabelece além de outros que:

- (A) a remuneração do trabalho diurno deve ser superior à do noturno, no mínimo em vinte e cinco por cento.
- (B) o décimo terceiro salário deve ser pago com base na remuneração proporcional ou no valor da contribuição previdenciária.
- (C) é irredutível o salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo.
- (D) o seguro-desemprego é devido em caso de despedida com ou justa causa e de desemprego voluntário ou involuntário.
- (E) o gozo de férias remuneradas com, no máximo, trinta por cento a mais do que o salário normal.

5. (Técnico - TRF/2ª - 2007 - FCC). Javier nasceu no México e veio para o Brasil quando tinha 15 anos de idade. Após residir no Brasil por trinta anos, resolve requerer a sua nacionalidade brasileira, que é devidamente reconhecida e concedida, nos termos da Constituição

Federal Brasileira de 1988. Naturalizado, Javier agora poderá exercer o cargo de:

- (A) Senador.
- (B) Presidente da Câmara dos Deputados.
- (C) Ministro do Supremo Tribunal Federal.
- (D) Ministro de Estado da Defesa.
- (E) Oficial das forças armadas.

6. (Técnico - TRF/5ª - 2008 - FCC). O servidor público abrangido pelo regime de previdência previsto na Constituição Federal, será aposentado compulsoriamente aos:

- (A) sessenta e cinco anos de idade, com proventos integrais.
- (B) sessenta e cinco anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de serviço.
- (C) setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de serviço.
- (D) setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.
- (E) sessenta anos de idade, com proventos integrais.

7. (Analista - MPU - 2007 - FCC). Sobre a competência e atribuições dos juízes federais, considere:

- I. Aos juízes federais compete processar e julgar as causas entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e Município ou pessoa domiciliada ou residente no País.
- II. Aos juízes federais compete processar e julgar os crimes cometidos a bordo de navios ou aeronaves, ressalvada a competência da Justiça Militar.
- III. Serão sempre processadas e julgadas na sede do Juízo Federal mais próximo do domicílio dos segurados ou beneficiários as causas em que forem parte instituição de previdência social e segurado.
- IV. Aos juízes federais compete processar e julgar os crimes de ingresso ou permanência irregular de estrangeiro.

É correto o que consta APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) I, II e IV.
- (C) I e III.
- (D) II e IV.
- (E) III e IV.

8. (Técnico - TRF/4ª - 2010 - FCC). Compete aos Tribunais Regionais Federais processar e julgar, originariamente, nos crimes comuns, os:

- (A) membros dos Tribunais de Contas do Estado e do Distrito Federal.
- (B) Governadores dos Estados.
- (C) Desembargadores dos Tribunais de Justiça.
- (D) membros dos Tribunais de Contas do Município.
- (E) Juízes do Trabalho da área de sua jurisdição.

DIREITO ADMINISTRATIVO

9. (Técnico – TRF/5ª – 2008 – FCC). Os princípios informativos do Direito Administrativo:

- (A) ficam restritos àqueles expressamente previstos na Constituição Federal.
- (B) ficam restritos àqueles expressamente previstos na Constituição Federal e nas Constituições Estaduais.
- (C) consistem no conjunto de proposições que embasa um sistema e lhe garante a validade.
- (D) são normas previstas em regulamentos da Presidência da República sobre ética na Administração Pública.
- (E) são regras estabelecidas na legislação para as quais estão previstas sanções de natureza administrativa.

10. (PGE/AM – 2010 – FCC). NÃO é um efeito imediato da declaração de utilidade pública para fim de desapropriação:

- (A) a transferência compulsória da propriedade do bem expropriado.
- (B) a submissão do bem à força expropriatória do Estado.
- (C) a fixação do estado do bem, para efeito de futura indenização.
- (D) a possibilidade de o expropriante penetrar no imóvel para efetuar as vistorias e medições necessárias.
- (E) o início do prazo de caducidade para execução da desapropriação.

11. (Técnico – TRF/5ª – 2008 – FCC). Os agentes públicos:

- (A) são pessoas físicas incumbidas, definitiva ou transitoriamente, do exercício de alguma função estatal.
- (B) se restringem aos funcionários públicos, que prestam serviços na Administração direta.
- (C) se restringem às pessoas físicas incumbidas definitivamente do exercício de alguma função estatal.
- (D) são os chefes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, exclusivamente.
- (E) são os servidores que atuam na Administração direta, exclusivamente.

12. (Técnico – TRF/2ª – 2007 – FCC). A entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e capital exclusivo da União, criada por lei para a exploração de atividade econômica, refere-se ao conceito de:

- (A) entidade paraestatal.
- (B) autarquia federal.
- (C) fundação federal.
- (D) sociedade de economia mista federal.
- (E) empresa pública federal.

13. (Técnico – TRF/2ª – 2007 – FCC). A limitação imposta pela Administração Pública ao exercício de direitos e atividades individuais em função do interesse público, relaciona-se com o poder:

- (A) regulamentar.

- (B) de polícia.
- (C) normativo.
- (D) de império.
- (E) hierárquico.

14. (Analista – TRE/BA – 2003 – FCC). Da apreciação da conveniência e oportunidade do ato administrativo pode resultar a:

- (A) Nulidade.
- (B) Anulação.
- (C) Revogação.
- (D) Invalidação.
- (E) Repristinação.

15. (Analista – TRT/11ª – 2005 – FCC). A possibilidade que certos atos administrativos ensejam de imediata e direta execução pela própria Administração, independentemente de ordem judicial, decorre do:

- (A) Requisitos da presunção de legitimidade.
- (B) Atributo da finalidade.
- (C) Requisito da imperatividade.
- (D) Atributo da auto-executoriedade.
- (E) Atributo da competência.

16. (Técnico – PGE/RJ – 2009 – FCC). Um cidadão, caminhando por uma rua, é atingido por um raio e morre. A prova técnica evidencia que não houve conduta comissiva nem omissiva do Estado, que contribuisse para esse evento. Neste caso:

- (A) não estão presentes os pressupostos da responsabilidade civil do Estado.
- (B) a responsabilidade do Estado é objetiva e ele sempre responde pelos danos, independentemente de dolo ou culpa do agente.
- (C) caracteriza-se a responsabilidade subjetiva, cabendo a quem aciona o Estado a prova de sua culpa, comissiva ou omissiva.
- (D) o Estado não responde porque só se caracteriza sua responsabilidade na prática de ato ilícito.
- (E) o Estado deve indenizar a família da vítima porque é evidente o nexo causal existente entre a queda do raio e a morte da vítima.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

17. (Técnico – TRF/5ª – 2008 – FCC). Compete ao Juizado Especial Federal processar e julgar causas de competência da Justiça Federal, respeitadas as exceções previstas em lei, até o valor de:

- (A) 40 salários mínimos.
- (B) 60 salários mínimos.
- (C) 50 salários mínimos.
- (D) 80 salários mínimos.
- (E) 30 salários mínimos.

18. (Técnico – TRF/5ª – 2008 – FCC). Ato pelo qual o juiz, no curso do processo, resolve questão incidente. Trata-se de:

- (A) sentença mista.

- (B) despacho.
- (C) ato meramente ordinatório.
- (D) acórdão.
- (E) decisão interlocutória.

19. (Técnico – TRF/5ª – 2008 – FCC). O juiz NÃO dará curador especial ao:

- (A) incapaz se os seus interesses colidirem com os interesses de seu representante legal.
- (B) réu revel citado por hora certa.
- (C) autor da ação quando verificar a irregularidade de sua representação processual.
- (D) réu revel citado por edital.
- (E) incapaz se não tiver representante legal.

20. (Técnico – TRF/4ª – 2010 – FCC). Fundada em motivo legítimo, podem as partes, de comum acordo:

- (A) apenas prorrogar o prazo dilatatório; a convenção, porém, só tem eficácia se requerida antes do vencimento do prazo.
- (B) reduzir ou prorrogar o prazo peremptório, podendo tal convenção ocorrer a qualquer tempo.
- (C) apenas reduzir o prazo dilatatório; a convenção, porém, só tem eficácia se requerida antes do vencimento do prazo.
- (D) reduzir ou prorrogar o prazo dilatatório; a convenção, porém, só tem eficácia se requerida antes do vencimento do prazo.
- (E) reduzir ou prorrogar o prazo dilatatório, podendo tal convenção ocorrer a qualquer tempo.

21. (Técnico – TRF/4ª – 2010 – FCC). Dá-se a continência entre duas ou mais ações:

- (A) sempre que há identidade quanto à causa de pedir, independentemente da abrangência do objeto de uma das ações.
- (B) sempre que há identidade quanto às partes e à causa de pedir, mas o objeto de uma, por ser mais amplo, abrange o das outras.
- (C) sempre que há identidade quanto às partes, independentemente da abrangência do objeto de uma das ações.
- (D) quando lhes for comum o objeto ou a causa de pedir.
- (E) quando lhes for comum o objeto, as partes e a causa de pedir.

22. (MPE/PE – 2008 – FCC). No procedimento sumário NÃO se admite:

- (A) formulação de pedido contraposto pelo réu.
- (B) assistência.
- (C) recurso de terceiro prejudicado.
- (D) ação declaratória incidental.
- (E) intervenção fundada em contrato de seguro.

23. (DPE/MT – 2009 – FCC). Pode-se conceder a tutela antecipada quando:

- (A) o juiz, de ofício, verificar abuso de direito de defesa do réu.
- (B) ocorrerem indícios do direito do autor.
- (C) se procure assegurar o resultado prático do processo.
- (D) for hipótese de julgamento antecipado.

(E) existam verossimilhança da alegação e prova inequívoca em favor do autor.

24. (Técnico – TJ/PE – 2007 – FCC). Os atos meramente ordinatórios, como a juntada e a vista obrigatória:

(A) dependem de despacho, devendo ser praticados de ofício pelo juiz e revistos pelo servidor quando necessários.

(B) independem de despacho, devendo ser praticados de ofício pelo juiz e revistos pelo servidor quando necessários.

(C) independem de despacho, devendo ser praticados de ofício pelo servidor e revistos pelo juiz quando necessários.

(D) dependem de despacho, devendo ser praticados de ofício pelo servidor e revistos pelo juiz quando necessários.

(E) dependem de despacho, devendo ser praticados de ofício pelo juiz, não se admitindo qualquer tipo de revisão em razão da característica ordinária do ato.

25. (Técnico – TJ/PE – 2007 – FCC). Indeferida a petição inicial, o autor poderá:

(A) apelar, facultado ao juiz reformar sua decisão.

(B) interpor embargos infringentes, facultado ao juiz reformar sua decisão.

(C) interpor agravo de instrumento, facultado ao juiz reformar sua decisão.

(D) apelar, sendo defeso ao juiz reformar sua decisão.

(E) interpor agravo de instrumento, sendo defeso ao juiz reformar sua decisão.

DIREITO CIVIL

26. (Técnico – TJ/PE – 2007 – FCC). O prazo de prescrição:

(A) pode, em regra, ser alterado por acordo das partes.

(B) é de dez anos, quando a lei não lhe haja fixado prazo menor.

(C) iniciado contra uma pessoa não continua a correr contra o seu sucessor.

(D) não pode ser renunciado pelas partes, havendo expressa vedação neste sentido.

(E) pode ser interrompido mais de uma vez por protesto cambial.

27. (Técnico – TJ/PE – 2007 – FCC). São incapazes, relativamente, a certos atos, ou à maneira de os exercer:

(A) os que, por enfermidade, não tiverem o discernimento necessário para a prática de atos da vida civil.

(B) os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.

(C) os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo.

(D) os indivíduos com dezessete anos de idade, emancipados pelos pais.

(E) os menores de dezesseis anos.

28. (Analista – TRF/4ª – 2004 – FCC - adaptada). São pessoas jurídicas de direito público interno:

- (A) sociedades
- (B) associações
- (C) partidos políticos
- (D) autarquias
- (E) organizações religiosas.

29. (Técnico – TJ/PE – 2007 – FCC). No que concerne ao negócio jurídico, é correto afirmar:

- (A) a impossibilidade inicial do objeto não invalida o negócio jurídico se cessar antes de realizada a condição a que ele estiver subordinado.
- (B) a validade da declaração de vontade, em regra, depende de forma especial para produzir efeitos.
- (C) a manifestação de vontade, em regra, não subsiste se o seu autor fez reserva mental de não querer o que manifestou.
- (D) o silêncio importa anuência, inclusive quando o negócio jurídico exigir declaração de vontade expressa.
- (E) os negócios jurídicos, que trazem algum benefício, devem ser interpretados de forma extensiva.

30. (Técnico – TRF/4ª – 2011 – FCC – adaptada). Consideram-se móveis, para os efeitos legais:

- (A) os direitos reais sobre imóveis e as ações que os asseguram.
- (B) o direito à sucessão aberta.
- (C) as edificações que, separadas do solo, mas conservando a sua unidade, forem removidas para outro local.
- (D) os materiais provisoriamente separados de um prédio, para nele se reempregarem.
- (E) as energias que tenham valor econômico.

DIREITO PENAL

31. (Analista – TRE/SE – 2007 – FCC). Tipicidade é:

- (A) adequação da conduta ao tipo.
- (B) descrição do fato no texto legal
- (C) comparação da conduta particular com a culpabilidade concreta e descrita no tipo.
- (D) ação ilícita ou contrária ao direito.
- (E) juízo de reprovação social.

32. (Analista – TJ/PA – 2009 – FCC). Se diante de um determinado fato delitivo, verificar-se que há dolo na conduta inicial e culpa no resultado final, pode-se dizer que se configurou crime:

- (A) doloso puro.
- (B) preterdoloso.
- (C) doloso misto.
- (D) culposo misto.
- (E) doloso alternativo.

33. (Analista – TRE/MS – 2007 – FCC). João, ciente de que José pretende matar seu desafeto, empresta-lhe uma arma para esse fim. Consumado o homicídio, João será considerado:
(A) autor imediato.
(B) co-autor.
(C) partícipe.
(D) autor mediato.
(E) autor principal.

34. (Analista – TRE/MG – 2005 – FCC). O Código Penal vigente NÃO considera pena restritiva de direitos a:
(A) prestação pecuniária
(B) perda de bens e valores
(C) prestação de serviços à comunidade
(D) multa
(E) limitação de fim de semana

35. (Técnico – TJPE – 2007 – FCC). Exclui a punibilidade do sujeito do crime:
(A) o estado de necessidade.
(B) a legítima defesa.
(C) o estrito cumprimento do dever legal.
(D) o exercício regular de direito.
(E) a embriaguez fortuita.

DIREITO TRIBUTÁRIO

36. (Analista – TRF/4ª – 2007 – FCC). Dentre outras hipóteses, suspendem a exigibilidade do crédito tributário:
(A) o depósito do seu montante integral e a moratória.
(B) o pagamento e a prescrição.
(C) o depósito do seu montante integral e a remissão.
(D) a remissão e a transação.
(E) o parcelamento e a compensação.

37. (Auditor/SP – 2007 – FCC). De conformidade com a sistemática do Código Tributário Nacional, o crédito tributário é constituído:
(A) pelo fato gerador da obrigação tributária principal.
(B) pela obrigação tributária principal.
(C) por lei ordinária.
(D) por lei complementar.
(E) pelo lançamento.

38. (Técnico – TRF/4ª – 2001 – FCC). São impostos da União, entre outros, os incidentes sobre:
(A) importação e propriedade predial e territorial urbana.
(B) produtos industrializados e propriedade territorial rural.
(C) operações de câmbio e seguros e propriedade de veículos automotores.
(D) exportação e transmissão inter vivos de bens imóveis.

(E) renda de qualquer natureza e transmissão causa mortis e doações.

39. (Técnico – TRF/4ª – 2001 – FCC). Os tributos que se referem à valorização de imóveis particulares, em decorrência de obras públicas, e aqueles destinados à coleta de recursos para certas áreas de interesse, do Poder Público, na Administração Pública direta ou indireta, ou na atividade de entes que colaboram com a referida Administração são conhecidos, respectivamente, por:

- (A) contribuições especiais e empréstimos compulsórios.
- (B) contribuições sociais e contribuições de melhoria.
- (C) impostos gerais e taxas remuneratórias.
- (D) contribuições de melhoria e contribuições parafiscais.
- (E) taxas remuneratórias e impostos gerais.

40. (Agente/SP – 2010 – FCC – adaptada). Diante das constantes enchentes que vêm assolando determinado município, se o governo municipal pretender prorrogar a data de vencimento do pagamento do IPTU 2011 e, ainda, perdoar o crédito já notificado aos contribuintes atingidos pela enchente deverá, respectivamente, conceder:

- (A) isenção e anistia.
- (B) anistia e remissão.
- (C) moratória e remissão.
- (D) remissão e anistia.
- (E) moratória e anistia.



PODER JUDICIÁRIO

Questão discursiva

Juizados Especiais Federais Cíveis: princípios, competência, partes e peculiaridades do procedimento sumaríssimo.

This image shows a full page of white paper with horizontal blue or grey ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page, typical of notebook paper. There are no margins, text, or other markings on the page.